

## **DISCURSO PPA 2014 / 2017**

O Plano Plurianual 2014-2017 apresentado pelo Executivo nem foi aprovado e já é motivo de preocupação. No fechamento deste ano, as receitas recorrentes deverão atingir R\$ 34,5 bilhões, superando em quase R\$ 1 bilhão a receita estimada aprovada pelo Legislativo para 2013, enquanto as receitas de capital deverão ficar em torno de R\$ 1,2 bilhão, bem abaixo dos R\$ 5,4 bilhões orçados inicialmente. Isso significa que não houve nenhum grande aporte por parte do Governo Federal, conforme esperava a atual Administração. Mas apesar disso, a atual Administração recebeu um caixa com R\$ 6,2 bilhões e terminará este ano com R\$ 8,755 bilhões. É importante destacar que nunca a Prefeitura de São Paulo teve tanto dinheiro nos cofres.

Em relação às verbas da Educação, o TCM em recente decisão, determinou que as despesas com os inativos da Educação, não poderão ser consideradas na soma para atendimento do percentual mínimo de 25% de gastos com a educação, a que alude o caput do art. 212 da Constituição Federal. O TCM também determinou uma regra de transição, com exclusão gradual das despesas com inativos do cômputo dos gastos com educação, ao longo de cinco anos, à razão de 1/5 por ano, com início já no orçamento de 2014.

Embora a peça orçamentária apresentada já contemple a redução de 20%, esse percentual foi simplesmente realocado, sendo computado ainda como gastos com educação, mas agora sob a rubrica de "Educação Inclusiva". Ocorre que essa simples reclassificação dos gastos com inativos, como despesas com educação inclusiva, está em desacordo com a legislação segundo o entendimento do TCM. Tanto que o Tribunal já

determinou a expedição de recomendação ao Executivo, no sentido de não agregar nas despesas com educação inclusiva, os gastos com inativos da educação, ainda que de forma parcial, justamente como está previsto no orçamento.

A Educação, incluída como uma das metas prioritárias do atual governo tem um orçamento de pouco mais de R\$ 9 bilhões, ou seja quase o mesmo valor que a Prefeitura gastará com subsídio aos barões do transporte em quatro anos.

Na segunda feira, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu que a Prefeitura deve abrir 150 mil vagas em creches e pré-escolas até 2016. A Câmara Especial do TJ condena a Prefeitura a apresentar num prazo de 60 dias um plano de criação dessas 150 mil vagas, sendo que 50% devem ser atendidos nos próximos 18 meses.

Pela proposta do PPA, a área da Saúde continuará sem recursos. A atual Administração não está fazendo absolutamente nada para evitar o fechamento do Hospital da Glória, no Bairro da Liberdade, que atende pacientes do SUS, mas que deverá encerrar as atividades ainda neste mês de dezembro. O poder público precisa encontrar uma solução viável para evitar o fechamento do Hospital da Glória, que faz mais de 600 atendimentos ambulatoriais diários e cerca de 700 cirurgias por mês.

Ainda na área da Saúde, a Autarquia Hospitalar Municipal, responsável pela gestão de todos os hospitais municipais de São Paulo terá um Orçamento em 2014 de R\$1,051 bilhão (aumento de apenas R\$ 1,55 milhão em relação à primeira proposta) mas ainda vão faltar pelo menos R\$ 350 milhões. Com isso os hospitais terão condições de atender

a população somente até setembro do ano que vem e depois disso não terão mais recursos.

Da mesma forma as Subprefeituras continuarão a não merecer a devida atenção da atual Administração e nos próximos anos vão continuar sem os recursos necessários para que possam atender efetivamente a população em suas variadas reivindicações. Para se ter uma ideia, a Subprefeitura de Cidade Tiradentes, uma das regiões mais carentes de São Paulo terá recursos de apenas R\$ 25,35 milhões, a menor entre todas as 31 Subprefeituras. O maior orçamento é da Subprefeitura da Sé, com R\$ 71, 19 milhões. São números muito tímidos diante dos grandes problemas e desafios que essas regiões enfrentam e que vão se agravar com ao período das enchentes, como acontece todos os anos sem que seja encarado de frente.

Nas audiências públicas do Orçamento, essa deficiência de verbas foi apresentada, bem como relatada que todos os recursos das Subprefeituras era utilizados apenas para custeio, e que tinham dificuldades para continuarem com os serviços de zeladoria do município, como podas de árvore, limpeza de bocas de lobo e manutenção das vias públicas. No entanto, esse verdadeiro apelo dos subprefeitos não foi contemplado.

No PPA 2014-2017 o que mais chama a atenção é o montante que a Prefeitura de São Paulo pagará de subsídio nos próximos anos às empresas de ônibus a título de compensação tarifária do sistema de transporte ônibus. Conforme o PPA, em 2014, as empresas de ônibus terão o maior valor de todos os tempos, com o valor de R\$ 1,65 bilhão. Esse valor subirá anualmente da seguinte forma:

<b>SUBSÍDIO DE TARIFA</b>				
2014	2015	2016	2017	TOTAL
<b>1.651.297.318</b>	<b>1.723.186.704</b>	<b>1.782.810.638</b>	<b>1.846.845.222</b>	<b>7.004.139.882</b>

Esse dinheiro destinado às empresas de transportes de ônibus em quatro anos é maior que todo o orçamento anual da Secretaria de Saúde, que é de R\$ 5 bilhões. Enquanto isso, o Programa de Transporte Escolar Gratuito, que presta um serviço social importantíssimo e de grande responsabilidade, pois leva nossas crianças das residências até as escolas e depois da escola até suas casas, receberá recursos de apenas R\$ 136,701 milhões, em 2014, que corresponde tão somente a ínfimos 0,08% do que os empresários de ônibus receberão como subsídio em 2014. Para a TEG seriam necessários R\$ 400 milhões. É uma disparidade, um tratamento desigual para uma classe trabalhadora, que batalha para que as crianças possam frequentar uma escola.

A área de Assistência Social também sofrerá muito. A atual Administração recebeu R\$ 1,1 bilhão para serem utilizados em 2013 e manteve para 2014 o mesmo valor, sem considerar a elevação dos custos e o crescimento do problema social, com aumento dos moradores de ruas, do número de idosos que precisaram de assistência em centros e de crianças vítimas de violência que necessitam de abrigos.

Conforme o PPA 2014-2107, os recursos destinados às pessoas mais vulneráveis são os que receberam menores valores. O Programa dos Direitos da pessoa com deficiência terá em 2014 R\$ 240,1 milhões ou 0,5%

do total do Orçamento. Entre 2015 e 2017, essa porcentagem cairá para apenas 0,4% do Orçamento, não ultrapassando os R\$ 227,7 milhões. O Programa de garantia dos direitos da população idosa receberá apenas 0,1% do Orçamento, recebendo apenas R\$ 20,3 em 2014 e R\$ R\$ 36,8 milhões em 2017. Já o programa de Superação de extrema pobreza terá recursos de R\$ 365,0 milhões em 2014, com projeção de aumento de apenas 0,8% ao ano em 2015, 2016 e 2017.

Conforme mostra o PPA, outros programas relevantes da prefeitura terão redução orçamentária entre os anos de 2014 e 2015. O Programa de acesso à moradia adequada, terá apenas R\$ 862,7 milhões, mas sofrerá uma redução de R\$ 349,2 milhões, em 2015, que representam menos 40,48%. Os programas dos direitos das pessoas com deficiência terá R\$ 240 milhões em 2014, que será reduzido para R\$ 212,9 milhões, em 2015.

Para uma Administração que assumiu com a promessa de se dedicar às questões sociais, com as pessoas, o PPA não tem mostrado isso. Uma cidade do tamanho e da importância de São Paulo, a maior das Américas e a sexta maior do mundo, tem direito a uma política pública conceituada num conjunto de ações, com vistas ao atendimento da sociedade civil e para a maioria da população.

Adotar uma política pública significa ter uma visão ampla das ações governamentais diante da enorme complexidade social, política e econômica da nossa cidade e que, da mesma forma, exige propostas e soluções de alto nível e uma administração eficiente, que saiba trabalhar com os recursos disponíveis para que realmente cheguem à população.